

Índice

Introdução	9
1 Ascensão 1815-71	17
2 O <i>Reich</i> de Bismarck 1871-88	57
3 Três Imperadores e Um Chanceler 1888-90	109
4 O <i>Reich</i> de Guilherme 1890-1914	117
5 Catástrofe 1914-18	171
Conclusões: O Fim?	215
Bibliografia	221

INTRODUÇÃO

Na fria e límpida manhã de inverno do dia 17 de janeiro de 1871, o rei da Prússia, Guilherme I, teve uma crise momentânea. Por fim, o homem idoso perdeu o que lhe restava de autodomínio e começou a soluçar: “Amanhã vai ser o dia mais infeliz da minha vida! Vamos testemunhar o enterro da monarquia prussiana, e o senhor, Conde Bismarck, é o culpado de tudo!” Com os seus 73 anos, o rei era um candidato não muito prometedor ao manto do *Kaiser* místico que um dia viria para unir todos os alemães. Contudo, era precisamente isso que nesse momento dele se esperava. Na dia seguinte, 18 de janeiro de 1871, ao meio-dia, centenas de oficiais prussianos, membros da nobreza e representantes de todos os regimentos alemães que tinham combatido na Guerra Franco-Prussiana reuniram-se na Galeria dos Espelhos do Palácio de Versalhes. Pelas janelas altas da magnífica sala entrava o som das marchas militares, misturado com a vozeria excitada das multidões que esperavam. Então as grandes portas duplas do fundo da galeria deslumbrante abriram-se e Guilherme I, o príncipe herdeiro Frederico e os representantes dos estados alemães entraram em solene procissão. Fez-se um silêncio tenso de expectativa. Os presentes sentiam que eram testemunhas de um momento histórico, um momento de proporções míticas.

Guilherme tinha conseguido recompor-se e, hirto, aceitou o título que lhe era oferecido formalmente pelos príncipes alemães durante a cerimônia. E, no entanto, existia já a sensação de que a jornada que se anunciava não seria fácil para a nação recém-formada. Ao leme estaria um monarca que recusara o título de “*Kaiser* alemão” e só

com relutância aceitara o de “*Kaiser* Guilherme”, mais neutro. Guilherme iria ser sempre e para sempre, em primeiro, segundo e terceiro lugar, um rei prussiano. Otto von Bismarck, o arquiteto do incipiente Estado e seu primeiro chanceler, tão-pouco era nacionalista. Para ele, a Alemanha era uma extensão do poder e da influência prussiana. Escolhera inclusivamente a data da proclamação do Império Alemão de maneira que coincidissem com o dia nacional da Prússia. Os dois, rei e chanceler, iriam agora tentar reinar sobre um conglomerado político a que os mais relutantes Estados-membros do Sul apenas tinham aderido para se protegerem de uma ameaça de invasão francesa, um sentimento que Bismarck arquitetara de maneira muito inteligente. O vínculo que assim se criava era de certo modo frágil e potencialmente curto em termos de esperança de vida, e exigia do Chanceler de Ferro muita luta para o manter. Bismarck nem sequer tinha ousado ir avante com a cerimónia da proclamação do *Reich* alemão em qualquer um dos estados alemães. Em vez disso, esta teve lugar no palácio real de Versalhes, no coração da França derrotada. Um símbolo que se encaixava perfeitamente na centralidade das noções de luta e de guerra da nova Alemanha.

Por um lado, para construir uma nação a partir da manta de retalhos que eram os estados alemães, Bismarck podia pôr ao seu serviço séculos de criação de mitos. Nos seus primeiros anos e décadas, o Império Alemão não parou de construir monumentos a lendas antigas que supostamente dariam significado e memória coletiva à Alemanha recém-formada. Declarava-se mesmo que Guilherme I era a reencarnação do rei medieval Frederico Barbarossa. Numa versão alemã da lenda arturiana, Barbarossa dorme debaixo do monte Kyffhäuser, na Turíngia, e o seu destino é voltar um dia e devolver à Alemanha a sua grandeza. Na década de 1890, foi erigido um grande monumento para esse efeito. Este sentimento de uma mitologia comum foi aduzido por muitos grandes pensadores alemães — entre eles os irmãos Grimm —, que havia muito defendiam que a cultura, a língua e a tradição histórica alemãs constituíam um vínculo mais forte do que os particularismos locais. Além disso, as irresistíveis correntes económicas da Revolução Industrial que havia mais de um século varriam a Europa Ocidental exigiam uma maior coordenação dos recursos, da força de trabalho e da política,

se os estados alemães não queriam distanciar-se ainda mais dos seus vizinhos franceses e britânicos. As classes médias emergentes tinham consciência do imenso potencial dos recursos naturais, da geografia favorável e das tradições de trabalho das terras de língua alemã. Se esse potencial pudesse ser libertado através da unificação.

Por outro lado, os laços culturais, económicos e políticos não eram suficientes. Como o próprio Bismarck frisou no seu famoso discurso de 1862, para haver unificação do povo alemão tinha de haver guerra. Uma tese que estava correta antes de 1871, e também depois. Quando decidiu forjar de raiz um novo Estado-nação no fogo da guerra contra a Dinamarca, a Áustria e a França, Bismarck criou uma Alemanha que não conhecia outra forma de união que não fosse o conflito com os inimigos externos. Manter o conglomerado de trinta e nove estados por meio de um Governo federal revelou-se difícil, e as brechas começaram a notar-se antes que a tinta da nova constituição secasse. O chanceler compreendeu que a nação não era um todo homogêneo moldado pelos séculos, mas, antes, que se assemelhava mais a um mosaico, colado à pressa com o sangue dos seus inimigos. E, por conseguinte, fez tudo para perpetuar a luta a fim de preservar a sua nova Alemanha.

Era uma estratégia arriscada. O Chanceler de Ferro era um político astuto, talvez um dos maiores estadistas de todos os tempos, e compreendia até que ponto era frágil o chamado Concerto da Europa em 1871. Inserir no coração deste uma nova grande potência era como pôr uma criança com uma corneta no meio de uma orquestra sinfónica de nível mundial. Bismarck sabia que a recém-chegada teria de se manter quieta durante algum tempo até aprender o ofício e ganhar o respeito dos poderes instalados. Não poderia, portanto, provocar mais um conflito externo tão cedo. Assim, em vez disso, concentrou-se nos inimigos internos, contra os quais poderia unir a maioria da população alemã. O novo Estado englobava então muitas minorias étnicas, como as comunidades polaca, dinamarquesa e francesa, contra as quais poderia criar o contraste de uma cidadania alemã. Quando comparados com um francês, os alemães ver-se-iam como alemães, e não como bávaros ou prussianos. Além disso, a religião parecia ser outro útil campo de batalha. Dois terços da população do Império Alemão eram protestantes e um terço, católi-

cos. Ao secularizar a sociedade alemã, Bismarck procurou substituir a religião pelo sentimento nacional, criando assim novas referências de identidade e reduzindo as diferenças entre os alemães. Por último, o internacionalismo do movimento socialista parecia uma perigosa contracorrente para a identidade nacional. Bismarck declarou os socialistas inimigos do Estado e pôde também servir-se desse argumento para manter viva a luta de todos os alemães contra os inimigos comuns.

Quando subiu ao trono em 1888, o tumultuoso ano dos três imperadores, Guilherme II rapidamente entrou em conflito com Bismarck sobre a questão da unidade alemã. Estava de acordo quanto ao problema — o terreno comum económico e cultural não seria suficiente para manter o Segundo *Reich* unido — mas achava repugnante a solução de Bismarck de pôr os alemães a lutar contra outros alemães. Queria ser o *Kaiser* de todos os alemães, amado pelos seus súbditos. Se o seu avô Guilherme I recusava ser a encarnação de Frederico Barbarossa, caber-lhe-ia a ele reconduzir o seu povo à grandeza. Em vez de procurar inimigos dentro do *Reich*, argumentou, a Alemanha devia lutar no exterior pelo seu lugar entre as grandes nações. Tal forjaria um laço de sangue e ferro tão forte que nunca mais poderia voltar a ser destruído. A ideia de que a luta externa da Alemanha por “um lugar ao sol”, um império do mesmo nível dos da Grã-Bretanha e da França, conduziria à unidade interna continha falhas, obviamente, era incoerente e, em última análise, seria fatal para o Segundo *Reich*. No entanto, o jovem *Kaiser* de 27 anos, temperamental e irrefletido, era desprovido do acúmen político do Chanceler de Ferro. Este, amargo e ressentido, demitiu-se do cargo e abandonou a política em 1890, deixando que Guilherme tomasse as rédeas de uma nação instável. Uma Alemanha sem Bismarck nunca tinha existido, e quando o experiente e brilhante velho estadista renunciou, o futuro que amanhecia era incerto.

Guilherme apercebeu-se rapidamente se de que os eternos fatores de divisão — a religião, a classe, a geografia, a cultura e a etnicidade —, para citar apenas alguns, não podiam ser eliminados apenas pela pura força da personalidade e do carisma real, que ele sem dúvida julgava possuir. Os socialistas continuaram com as greves. Os católicos não deixaram de olhar suspeitosamente para o rei prussiano e

os separatistas polacos continuaram a exigir o seu próprio Estado. Talvez todos pudessem ser convencidos de que a Alemanha era tudo, se tivessem um império de que se orgulhassem. A desastrosa demanda de Guilherme de um “lugar ao sol” acabaria por conduzir a jovem nação a uma luta que a pôs à beira da destruição.

Quando, em 1914, rebentou a Primeira Guerra Mundial, o *Kaiser* Guilherme começou por se sentir chocado. A guerra que esperara fosse nos Balcãs transformara-se de repente num conflito europeu em grande escala. Não obstante, ainda via uma oportunidade para finalmente reunir todos os alemães. Em 1 de agosto de 1914, declarou: “Hoje somos todos irmãos alemães e apenas irmãos alemães.” Embora pesquisas recentes tenham acabado com o mito da euforia generalizada do início da guerra, existia, todavia, o sentimento de que a “Pátria” tinha de ser defendida. Porém, no fim, a Primeira Guerra Mundial mostrou ser demasiado sangue e ferro para o jovem Estado. Em novembro de 1918, a nação alemã jazia derrotada, a coroa fora arrancada da cabeça, o escudo e a espada, rachados e o espírito, quebrado. O arqui-inimigo, a França, estava pronto para a destruir e dismantelar, argumentando que nada, a não ser mais derramamento de sangue, viria de um Estado cuja identidade nacional fora construída com base na guerra. O Segundo *Reich* seria destruído onde pela primeira vez fora proclamado — na Galeria dos Espelhos do Palácio de Versalhes.

Mas a Grã-Bretanha e os EUA viam outra Alemanha nas cinzas fumegantes do Segundo *Reich*. As sementes da democracia e da prosperidade económica que tinham sido plantadas por Bismarck tinham conduzido ao crescimento lento e frágil de uma visão nacional diferente para a Alemanha, uma Alemanha que encontraria a sua identidade e o seu lugar entre as nações do mundo através do comércio, da estabilidade e da democracia. A Grã-Bretanha e os EUA estavam certos, mas seria necessário outro conflito, que ofuscaria inclusive os horrores da Primeira Guerra Mundial, para que a Alemanha se livrasse dos seus inícios violentos e militaristas.

O Império Alemão esteve sempre atormentado pelos conflitos inerentes ao processo da sua criação. Por um lado, ao introduzir o sufrágio universal para os homens, Bismarck reconhecia as tradições liberais, o que permitia a evolução de um sistema multipartidá-